

MEMÓRIA INVISÍVEL: A IDENTIDADE TERRITORIAL DOS “ESQUECIDOS” EM LONDRINA

Tatiana Colasante¹

Resumo: O artigo analisa a relação entre território, cultura e identidade em uma perspectiva relacional e processual, enfatizando o caráter simbólico do território. Investiga como são construídas as identidades territoriais por intermédio da influência cultural de diversos grupos sociais que resultam em uma coesão social, ao mesmo tempo em que também são forjadas por diferentes agentes sociais como forma de mercantilizar a cultura. O recorte espacial é o município de Londrina-PR, que possui especificidades no seu processo de ocupação e colonização por receber dezenas de etnias ao longo dos anos, conferindo um caráter multicultural ao território. Discute-se a imposição de uma identidade territorial baseada em elementos da cultura inglesa pelo poder público e privado como estratégia de *marketing*, aproveitando-se do fato de Londrina ter sido oficialmente colonizada por ingleses. Contatou-se que há uma cultura marginalizada e esquecida, frequentemente omitida nos registros oficiais da história do município que leva ao questionamento sobre o pioneirismo dos ingleses no processo de ocupação. Destaca-se a importância dos índios e caboclos nos anos iniciais de constituição do município e, posteriormente a contribuição dos negros, sobretudo, como expressão de resistência. Além destes, os nordestinos, também foram de suma importância na formação da identidade territorial londrinense.

Palavras-Chave: Território. Cultura marginalizada. Ingleses.

INTRODUÇÃO

A relação entre o homem e o território é permeada por simbolismos. A partir da sua territorialização, os sujeitos começam a criar laços de identidade entre os membros dos grupos e com o próprio território. Esta cultura vai se processar através do cuidado com a terra, dos hábitos alimentares, da linguagem em comum, do desenvolvimento de técnicas de construção, do surgimento de artefatos, do soerguimento das primeiras cidades, enfim, de inúmeros aspectos tangíveis e intangíveis que contribuem para que haja uma coesão social. Dessa forma, além da concepção de território, caracterizada, principalmente, pela sua utilização político-ideológica, há também as dimensões simbólicas.

Entende-se, portanto, que a cultura é um dos motes principais na análise da relação homem-território e acompanha as mudanças temporais que refletem em outros usos do território. É a cultura intrinsecamente que rege as transformações da sociedade, pelas diferentes formas de organização social e espacial das comunidades, pelo aprimoramento dos modos de produção, pela tecnificação do território e, assim por diante. É este saber acumulado que move a sociedade e permite inovações e, simultaneamente, resistências.

Destaca-se também que os elementos identitários, por se constituírem em uma construção social possibilitam uma série de intervenções do poder público como forma de coerção e dominação política que podem resultar na destruição de alguns símbolos. Assim, muitos elementos construídos como expressão de identidade territorial, acabam não refletindo de maneira real a construção da história de um povo, geralmente, omitindo a cultura da minoria em detrimento da cultura elitista de uma minoria.

¹ Doutora em Geografia, Universidade Estadual do Paraná, E-mail: tati.colasante@gmail.com

Todo o conjunto de elementos que compõe a cidade - traços dos agentes sociais que modelam o espaço urbano conforme seus interesses - é, na verdade, uma representação simbólica. Seja para representar uma ideologia ou para atender a interesses mercadológicos, estéticos e de outras esferas, a cidade é um terreno amplo para os estudos geográficos no tocante às manifestações culturais. Assim, como aponta Arrais (2001, p. 177), decifrar as cidades torna-se algo complexo “[...] já que estas, além de produzirem relações de poder, movidas pela ideologia dominante, podem encontrar campo fértil de ação — ou pela proliferação de discursos [ou pela] construção de imagens”.

Nessa perspectiva, o artigo tem como objetivo principal discutir a construção da identidade territorial de Londrina por intermédio da intervenção do poder público mas, também demonstra as contribuições históricas e culturais de outros grupos sociais excluídos na formação do município para que, com isso, seja questionada a atuação do poder público enquanto aparelho de produção simbólica, tendo em vista que há uma multiculturalidade evidente no território que instiga a se refletir no pioneirismo dos ingleses na colonização de Londrina ou até mesmo na sua contribuição cultural.

MATERIAIS E MÉTODOS

As reflexões sobre as questões em torno das identidades territoriais com foco no município de Londrina-PR começaram a ser tecidas a partir de trabalhos de campo na área central com o objetivo de levantar o patrimônio cultural e imaterial dos (i) migrantes. Nesse primeiro momento foi utilizada a técnica de observação, instrumento imprescindível tanto quanto a reflexão. Não se trata, no entanto, apenas de uma “observação” qualquer, mas uma “observação científica”, através de um olhar voltado para um contexto maior que é a denominada teoria do conhecimento.

Segundo Cavalcanti (2011, p. 168): “A observação sempre foi considerada de importância fundamental para o geógrafo, pois é através dela que se observam as paisagens com o intuito de desenvolver o conhecimento geográfico”. Ainda segundo o autor (2011), a observação voltada para o conhecimento científico é, simultaneamente, ativa e seletiva, procedida por hipóteses e/ou teorias que indicam ao pesquisador quais os fatos ou fenômenos são mais relevantes para o seu objeto de estudo.

A partir disso, foram constatadas, intervenções da empresa de telefonia pública Sercomtel com a construção de cabines telefônicas em formato típico de Londres. Complementando tais ações, foi verificada a existência de um projeto chamado “Londrina 2012”, de autoria de um economista, amplamente divulgado pela mídia com objetivo de realizar mais transformações espaciais na área central aos moldes londrinos.

A essência das propostas coincide com algumas ações da Prefeitura, como a inserção de elementos típicos da cidade de Londres no município, como uma forma de promover uma identidade com a cidade europeia. Entre as mudanças mais significativas, destacam-se: a implantação de ônibus

vermelhos de dois andares; a implantação do táxi *black cab*; a implantação de cabines telefônicas vermelhas; a implantação do sistema de informação visual/eletrônico existente nos pontos de ônibus de Londres; a construção de um bairro com características inglesas.

Para reforçar, nessa mesma época, a Prefeitura também começou a propagar o interesse em adequar o município de Londrina com a designação da origem do seu nome: Pequena Londres. Com isso, focou-se em uma construção da identidade territorial com a justificativa de homenagem aos pioneiros ingleses e uma possível consolidação da atividade turística que necessitaria de uma estratégia de *marketing*. Além das cabines, a Prefeitura implantou um pórtico de entrada no município em formato do famoso relógio Big Ben, um dos símbolos de Londres.

Em 2013, a Sonae Sierra Brasil, incorporadora, proprietária e administradora de shopping centers inaugurou o Boulevard Londrina Shopping. Toda a decoração do empreendimento remete à origem do nome do município, com detalhes turísticos da capital inglesa como a London Eye, o Big Ben, guarda da Rainha, além de imagens dos tradicionais personagens londrinos James Bond, Sherlock Holmes e Alice no país das maravilhas.

A elaboração do quadro teórico, com base na pesquisa bibliográfica e documental, possibilitou uma visão mais detalhada do objeto de estudos, por intermédio de diferentes perspectivas de análise. Com a pesquisa bibliográfica e documental sobre a história de Londrina, verificou-se que o município recebeu um grande número de (i) migrantes desde a sua fundação, trazendo um caráter de multicultural na sua constituição. Levando em consideração essa problemática, constatou-se que muito além da cultura inglesa que se forjava a partir da intervenção do poder público, havia uma cultura marginalizada, refletida em manifestações culturais pouco divulgadas pela mídia, mas que faziam parte da identidade territorial londrinense: os verdadeiros pioneiros.

Para auxiliar a elucidação dessas reflexões buscou-se relacionar os aspectos da identidade com os estudos do território. Assim, o trabalho permeia a construção da identidade territorial de Londrina por intermédio da intervenção do poder público e questiona a imposição de uma identidade territorial inglesa. Trata-se do que Hobsbawm e Ranger (1997) denominam de “invenção das tradições”, o que reflete a imposição de uma cultura alheia aos costumes de determinada sociedade.

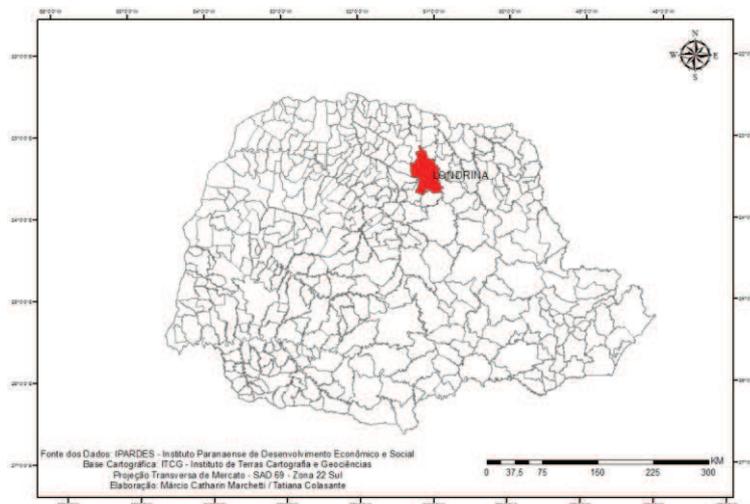
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração do *corpus* teórico da pesquisa foi feita levando em consideração o recorte espacial, no caso Londrina, abordando sua gênese, destacando os diferentes grupos sociais que fazem parte da multiculturalidade do município. Posteriormente, é discutido o conceito de identidade territorial a partir de uma perspectiva processual e relacional do território, na qual existem mecanismos ideológicos que privilegiam a cultura dominante, resultando em intervenções do poder público para reiterar a identidade inglesa em Londrina. Discute-se também a existência de uma cultura marginalizada, que é omitida em relatos oficiais, mas que territorializa e perpetua sua cultura no município.

Londrina: a pluralidade cultural na “Colônia Internacional”

O município de Londrina está localizado no Norte do estado do Paraná, especificamente, a uma latitude entre 23° 08' 47” e 23°55'46” Sul e Longitude entre 50° 52' 23” e 51° 19' 11” Oeste (Figura 1). Pertence à região denominada Norte Novo. Possui uma área de 1.651,809 quilômetros quadrados e uma população de 506. 701 habitantes (IBGE, 2010). Tem como distritos administrativos: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta.

Figura 1 - Localização de Londrina-Paraná.



Fonte: Iparades (2012), elaborado por Márcio Catharin Marchetti e Tatiana Colasante (2012).

Para contextualizar a história de formação do município, é necessário remeter ao final de 1923, quando o Presidente do Brasil na época, Arthur Bernardes fez um convite ao governo inglês, sensibilizando-os pela boa perspectiva de investir no Brasil. Segundo Asari e Tuma (1978), a Missão Inglesa realizou diversos estudos sobre a situação financeira, econômica e comercial do país. Lord Lovat, diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate* viajou até o Norte do Paraná com interesse principal de investir no desenvolvimento agrícola, especialmente, a cotonicultura. Em 1924, juntamente com o então gerente da *Sudan Plantation*, Arthur Thomas e outros sócios, fundou a *Brazil Plantations Syndicate Ltd*. Com o interesse crescente dos ingleses em investir nas terras do norte-paranaense, novas sociedades surgiram até culminar na Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Em 21 de agosto de 1929, uma comitiva liderada por George Craig Smith, funcionário da CTNP parte de Jataí (antiga denominação da cidade de Jataizinho, distante cerca de 30 quilômetros de Londrina) e se estabelece em meio a uma clareira da mata virgem, na qual é fincado o marco inicial do que viria a ser o município de Londrina. Neste período, chegavam à Londrina vários caminhões “paus-de-arara”, trazendo trabalhadores engajados na derrubada das matas que tinham como objetivo juntar uma quantia para a aquisição de lotes da CTNP, conforme explicam Asari e Tuma (1978).

Grande parte dos trabalhadores que chegavam à Londrina vinha de outras regiões agrícolas, principalmente, São Paulo e Minas Gerais. Também vinham imigrantes italianos, alemães e japoneses. Para Ivano (apud SILVA, 2011, p. 398), “[...] mesmo com o nativismo exacerbado, o racismo, a xenofobia e as restritivas leis sobre imigração inauguradas com a Constituição de 1934, o norte do Paraná seria destino de imigrantes que representavam ameaça, perigo e outros medos”. Sendo assim, destaca-se que a CNTP continuava a incentivar a vinda de imigrantes, frente ao caráter xenófobo do Governo, principalmente, pelo fato de ser um empreendimento imobiliário capitalista a quem interessava a venda dos lotes (SILVA, 2011).

Segundo informações de Yamaki (2006), devido às diferentes nacionalidades de imigrantes vindas para Londrina, esta passou a ser conhecida como “Colônia Internacional” nos anos iniciais de sua ocupação. Os primeiros colonos de Londrina chegaram em 1931, vindos do estado de São Paulo. Com a elevação à condição de município em 1934, começam a surgir novos fluxos migratórios. Interessante ressaltar que os elementos dominantes nacionais são os paulistas, mineiros e nordestinos e, entre os estrangeiros, os italianos e os japoneses.

Destaca-se que a maioria dos estrangeiros que vieram para Londrina já residia no Brasil e se dirigiram espontaneamente para o município, atraídos pela possibilidade de riqueza em função da terra roxa. Com relação aos paulistas, convém ressaltar uma particularidade: vieram de forma natural, visto que a cafeicultura no Norte do Paraná era praticamente uma extensão da cafeicultura paulista. Dessa forma, verifica-se que a influência dos costumes paulistas na formação do território londrinense é muito maior do que a própria capital do estado, Curitiba, esta sendo praticamente desconhecida por boa parte dos imigrantes no início da colonização (PRANDINI, 2007).

Sendo assim, para compreender a formação de Londrina no tocante à sua identidade territorial, deve-se entender como se deu a fixação dos grupos étnicos em território londrinense e qual a sua influência na constituição do mesmo. Nessa perspectiva, a discussão desse ensaio privilegia os aspectos culturais do território no seu sentido simbólico, mas, levando-se em consideração também as relações intrínsecas entre símbolo, poder e ideologia.

Território e identidade

A concepção de território vai muito além de delimitação fronteiriça. Por isso, cabe fazer uma reflexão inicial sobre se entende por território dentro de uma visão geográfica, já que outras áreas acabam se utilizando do conceito de maneiras diversas. Para Haesbaert (2004) que a territorialização enquanto processo envolve uma perspectiva integradora de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural). Assim, o território tal como o espaço possui um caráter social que é mediado por relações de poder e gestão do espaço através da intencionalidade dos agentes sociais.

Sposito (2005) explica que existem várias concepções de território, as quais podem ser divididas em três vertentes. A primeira delas, denominada de naturalista, entende o território como elemento da natureza, inerente a um povo ou a nação, pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar. A segunda concepção é voltada para o indivíduo e relacionasse à territorialidade e sua apreensão, ou seja, possui uma referência à identidade, aos aspectos cognitivos e simbólicos. Já a terceira vertente tem uma concepção de território que se confunde com a noção de espaço. As representações simbólicas constituem importantes elementos de coesão entre os sujeitos a partir da identidade territorial.

Por isso, poder e cultura no território não são mutuamente excludentes, mas se complementam nessa perspectiva analítica, já que as representações simbólicas concebidas em função da cultura e tradições podem se constituir em meios de estratégia para o poder alicerçadas pelas ideologias. A cultura deve ser lida com seus aspectos processuais que se vincula a movimentos históricos e está em constante processo de devir.

Concorda-se com a concepção do território vinculada ao caráter processual e relacional na qual as identidades territoriais são formadas na relação do sujeito com o seu território e com o seu grupo social. Portanto, estamos diante da construção de uma identidade territorial mediante processos diferenciados que são constituídos por múltiplas razões em diferentes estágios da vida e que são pautados nas relações sociais.

As identidades territoriais não são apenas um elemento dado na forma de uma representação cultural, mas resultado de um processo complexo de continuidade e descontinuidade, envolvendo aspectos subjetivos e objetivos nos quais podem ocorrer ações intencionais, como é o caso da ideologia do Estado que acaba impondo certos valores e símbolos nacionais para determinada sociedade ou podem ser espontâneos quando acarretam sentimentos de pertencimento e afetividade com o lugar.

Nesse sentido, somos constantemente redefinidos na nossa identidade territorial, pois, a cultura que é o elo principal nesse conceito, acaba se modificando a todo instante e, mesmo que as tradições sejam preservadas, não se consegue reproduzir os aspetos culturais antepassados de forma exatamente idêntica à esfera cultural articulada com o poder local no sentido de discutir o surgimento das identidades territoriais forjadas pelos gestores que atuam como verdadeiros aparelhos de produção simbólica. Este direcionamento permite uma discussão a respeito da elaboração dos signos urbanos e até que ponto a população se identifica e é responsável pela construção da identidade territorial.

No entanto, não se trata de restringir o território a uma análise simbólica, mesmo porque até os signos portam significados políticos. Trata-se, por outro lado, de enfatizar também a importância das discussões sobre o caráter simbólico do território nos estudos geográficos, afinal, se a premissa para existir o território são as relações sociais, é evidente que uma série de elementos subjetivos que envolvem a identidade territorial devem ser levados em consideração nas análises geográficas.

Para Haesbaert (1999) toda identidade territorial é, na sua essência, uma identidade social, que se projeta através do território. Para ele, todo território possui um valor simbólico e, conseqüentemente,

uma identificação com seus habitantes (positiva ou negativa). Logo, as identidades se processam na dialética tempo-espaço e que, apesar de possuírem um caráter social, se transformam em territoriais quando a sua construção se processa no território ou o transpassa.

Os verdadeiros pioneiros

A relação identidade-território tem como pressuposto, a noção de movimento, um processo lento que vai refletir no sentido real da identidade para o indivíduo e/ou grupo. Por identidade, Castells (1999, p. 22) entende como “[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”. Para o autor (1999), a identidade legitimadora diz respeito àquelas introduzidas pelas instituições dominantes, seja o Estado, a Igreja, os sindicatos, os partidos políticos etc.

Essa imposição de identidades é observada em processos de colonização, marcadas pela visão eurocêntrica, como ocorrida no Brasil, na qual os conquistadores portugueses impuseram seus valores e crenças aos índios, considerados selvagens e que, na visão dos colonizadores, necessitavam sofrer um processo civilizatório para que fossem considerados dignos. Assim, eram obrigados a se vestir, a se alimentar e a participar de cultos religiosos nos moldes europeus. Observa-se que não existia o respeito à cultura do outro e ainda hoje, existem exemplos disso, gerando choques culturais entre nações que não compartilham de aspectos identitários em comum.

Sabe-se que antes dos colonizadores, o território brasileiro era habitado por diversas etnias indígenas e, no Norte do Paraná, não foi diferente. Mesmo assim, é fato comum nos registros oficiais de ocupação, a omissão das histórias ligadas à população indígena. Difícil explicar as razões, mas pode-se levantar a hipótese de que, como os portugueses caracterizavam os índios como “selvagens” e, portanto, vistos como um atraso à civilização branca, não era de interesse dos colonizadores que houvesse menções honrosas a estes primeiros habitantes. Portanto, a história oficial acabou privilegiando as ações portuguesas, rotulando-os de heróis por serem desbravadores de terras inóspitas e povoadas por indivíduos hostis. Essa ideologia branca acabou se disseminando por todo o país e, com isso também no Norte do Paraná, dificilmente se encontram histórias acerca dos índios.

Neste sentido, a cultura indígena, sendo considerada primitiva frente aos colonizadores passa a ser subalterna, sendo suprida da própria constituição de Londrina. Tem-se aí uma cultura marginalizada, “invisível” diante da supremacia colonizadora. Até o século XIX, no Norte do Paraná, em um território que abrangia as terras da bacia do Tibagi, viviam os povos *Xetá*, *Guarani* e *Kaingang*. Provavelmente, os *Xetá* viviam nas proximidades ao atual município de Apucarana (cerca de 50 quilômetros de Londrina) e, pelo constante contato com os brancos e a rivalidade com os *Kaingang* acabaram se dispersando pelo território e praticamente perderam sua identidade. Não só os *Xetá*, mas também os *Guarani* eram frequentemente capturados pelos *Kaingang*, que os transformavam em escravos.

Os primeiros contatos com os brancos se deram no início da colonização espanhola, no século XVI. Com a presença dos jesuítas, houve um contato mais profundo, de forma que a maioria dos índios perdeu suas referências culturais (TOMAZI, 2000). A partir de 1855, são atraídos para o Aldeamento de São Pedro de Alcântara, onde conviviam com os brancos e passaram a realizar trabalhos forçados, juntamente com os escravos. Muitos morriam de gripe, malária e até de alcoolismo, pois, participavam diretamente da fabricação de cachaça (MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, 2004).

Os índios eram aliciados, geralmente, por ofertas de objetos que desconheciam como roupas, cobertores, espelhos etc. Os que não se submetiam ao aldeamento eram mortos. Todavia, em muitos casos, os índios serviam de guias para os exploradores, indicando os melhores caminhos para chegarem aos seus locais de destino, como se confirma em uma entrevista do pioneiro George Craigh Smith sobre a primeira caravana que chegou a Londrina:

Em Jatahy imediatamente descarregamos o caminhão e nos preparamos para continuar a jornada no dia seguinte, pois o nosso destino era as terras da Cia. de Terras Norte do Paraná, que estavam ainda há 22 quilômetros além do rio Tibagy [...]. Contratouse também um índio manso para servir de tropeiro. Esse índio falava com as mulas em sua língua e elas lhe obedeciam misteriosamente. (MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, 2012, s.p.)

Percebe-se na fala do pioneiro, a acentuação das diferenças culturais e a submissão do sujeito: o índio considerado apto para ajudar os colonizadores era o denominado “índio manso”, ou seja, aquele que não apresentava resistência e era subjugado para atender às necessidades dos dominadores. Outro aspecto a ser destacado é a boa relação do índio com os animais no sentido de saber lidar com o animal, essencial no transporte de cargas e dos próprios pioneiros, fato surpreendente para Smith.

A existência de uma cultura indígena é sentida até os dias de hoje, seja pela incorporação de hábitos alimentares, como a mandioca e o milho, ou pela presença constante nos núcleos urbanos, em um processo de reterritorialização através da venda de artesanato, onde acabam relegados a uma condição à margem da sociedade. Mesmo assim, até mesmo na literatura a respeito da colonização de Londrina, o elemento indígena é frequentemente esquecido e pouco se sabe a respeito do contato destes com os colonizadores ingleses.

Como forma de conservar a cultura indígena, a Prefeitura de Londrina inaugurou o Centro Cultural Kaingáng – Wãre, em 1999, que tem por objetivo a venda e divulgação da cultura material *Kaingang*. O espaço localizado na zona leste do município possui 16 casas-abrigo para hospedar indígenas que vem até Londrina comercializar seus produtos. Muitos deles vivem na Reserva Salto do Apucarantina, distante cerca de 80 quilômetros do centro de Londrina, na zona sul. Lá vivem mais de 200 famílias que vem para a cidade atraídas pela oferta de serviços básicos, como alimentação e atendimento médico e também buscar ajuda da administração regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Além disso, Londrina é o principal centro consumidor das mercadorias *Kaingang*, segundo Tommasino (1998), o que faz com que seja comum ver nas áreas de maior movimento uma concentração

de índios vendendo seus balaios e outros tipos de artesanato. Fora os índios, antes de 1929, a região hoje ocupada por Londrina era habitada também por comunidades de caboclos. Segundo Ivano (apud BRIGUET, 2009,s.p.): “Os caboclos constituíam uma sociedade praticamente isolada do mundo civilizado [...], viviam da agricultura de subsistência, eram nômades, misturavam tecnologias indígenas com hábitos de antigos escravos.” Muitos acabaram se dispersando com a chegada dos colonos, enquanto outros acabaram se incorporando às estratégias da CTNP, pois, auxiliavam na criação de animais.

Dentro desse entendimento, Monbeig (2007, p. 2) explicita a existência destes antigos povoamentos na região:

Não há duvida que já havia um povoamento, e como consequencia caminhos e culturas; mas pode-se imaginar em que estado primitivo! Si, de um lado, a colônia Jatahy figura no mappa do Club de Engenharia do Rio de Janeiro, dahi em deante, para Oeste não há indicação alguma de povoamento, salvo alguns ranchos de caboclos perto das aguadas, com uma derrubada insignificante e uma cultura que se limita ao milho. Quanto aos caminhos, não são senão picadas que trepam pelas encostas e descem por ellas brutalmente com a única preocupação de chegar o mais rapidamente possível ao ponto de aguada onde se acha o arranchamento: as montarias são capazes de esforços formidáveis e supportavam tal estado de cousas; não deveríamos falar no passado, pois a uns cem kilometros a montante de Jatahy, sobre as margens do Rio Tibagy, este estado de cousas ainda subsiste. Tem-se, a tentação, às vezes, de considerar este esforço rudimentar do caboclo como um esboço longinquo da verdadeira colonisação, porem bem longiquo para fallar a verdade; particularmente no norte do Paraná não se percebe a herança transmitida aos pioneiros pelos caboclos. A colonisação moderna teve que crear tudo.

Sobre a fala de Monbeig (2007), é interessante fazer algumas observações. Em primeiro lugar, existe uma ambiguidade no conceito de colonização, pois, pode significar um grupo de “migrantes que se estabelecem em terra estranha”, como também “habitar como colono”, ou seja, “membro de colônia [...] vindo para o Brasil com o fim de trabalhar na lavoura” (FERREIRA, 1988, p. 160). Nesse sentido, ao considerar a primeira definição, pelo fato de não se precisar a origem dos índios e caboclos que vieram para o Norte do Paraná, pode-se considerá-los sim como elementos formadores do processo de colonização, já que certamente vieram de algum lugar para se estabelecer pela região. Por outro lado, ao considerar a segunda definição, estes não se encaixam como colonos, nem tampouco como agentes de colonização, pois, não eram membros de colônia que vieram para o país.

Em segundo lugar, mesmo que índios e caboclos não ocupassem o território norte paranaense com fins econômicos e/ou de povoamento, como vieram a fazer os ingleses e demais imigrantes, não se pode menosprezar sua cultura. Ao rotular os aspectos da “colonização” dos caboclos de rudimentar, está se falando em hierarquização cultural, pois, assim, admite-se a existência de outra cultura “superior”. Por isso, mesmo se a criação do território londrinense em termos jurídicos não tenha sido efetivada por esta população anterior à chegada dos imigrantes, ignorar a existência desses indivíduos, é omitir a própria história da região.

Os “esquecidos”: os negros em Londrina

Quando se analisam os registros da formação inicial de Londrina, em meados da década de 1930, observa-se uma tendência ao “branqueamento” da população, já que a maioria dos imigrantes era de

origem europeia e/ou asiática. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – (2012), em Londrina aproximadamente 4% da população se autodeclara de cor negra. O casal Lina Tecla e Oduvaldo Silveira, que eram descendentes de ex-escravos no estado de São Paulo se estabeleceu nas proximidades da Avenida Higienópolis, na área central de Londrina em 1930. Quando chegavam, os negros desempenhavam as mais diversas funções: desbravador, formador de lavouras, médico, advogado, professor, político etc. (MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, 2004).

Nos primeiros anos de Londrina, um dos destaques da migração negra é o baiano Justiniano Clímaco da Silva, que ficou conhecido como “Doutor Preto”, um dos primeiros médicos do município. Formado em 1933, pela Faculdade de Medicina da Bahia, chegou à Londrina em 1938, onde além de tratar dos doentes, teve uma vida social bastante ativa, sendo também professor de matemática e de latim, no primeiro ginásio aberto do município e, em 1941 participou da fundação da Associação Médica de Londrina. Em 1947, tornou-se o primeiro deputado estadual, eleito por Londrina (SILVA; PANTA, 2010).

O Dr. Preto também fundou, em 1957, juntamente com o advogado Oscar do Nascimento, filho de pioneiros, a Associação Recreativa Operária (AROL), conhecido como o “clube dos negros”, embora qualquer pessoa, independente da cor, poderia se tornar um associado.

[...] os negros mais mobilizados da cidade de Londrina se sentiram na necessidade de criar um espaço em que estes pudessem ter acesso à cultura, lazer e conseguissem, através do clube, se unir para um debate da situação do negro. Assim como em outras cidades os negros sentiam dificuldades no acesso à escola, ao trabalho e aos espaços de lazer. Embora não houvesse segregação oficial, havia a segregação entre brancos e negros. Nesse contexto os negros não podiam frequentar os demais clubes (Country Clube, Grêmio, entre outros existentes na cidade) que eram frequentados principalmente pelos brancos londrinenses no entanto, os negros não tinham nenhum espaço que pudessem exercer seu direito ao lazer (BORGUI; DINIZ, 2010, s.p.)

No clube da AROL, havia biblioteca, parque infantil, um salão, onde se organizavam bailes e conferências, um curso noturno de alfabetização e uma pré-escola. Ali também surgiu a primeira escola de samba de Londrina. Funcionando em um terreno de 1.302 metros quadrados, doado pela Prefeitura, a AROL se localizava na Rua Araguaia, Vila Nova, próximo à área central. Em suas paredes de madeira, haviam quadros de vários líderes negros, como Zumbi dos Palmares. Como a morte de Manoel Cypriano, um dos presidentes da AROL, na década de 1960, houve um declínio na administração do clube.

Segundo Borghi e Diniz (2010), neste período, a realidade do negro já não era discutida de forma enfática e os eventos sociais do clube foram ficando cada vez mais raros. Em meados da década de 1980, a Câmara dos vereadores de Londrina, revogou o decreto de doação do terreno onde se localizava a sede, que já estava abandonado, repassando-o para a Igreja do Evangelho Quadrangular, que demoliu a sede, dando fim à memória deste marco da cultura negra em Londrina. Ainda na década de 1980, o movimento negro volta à atuação, de uma forma mais organizada, através do Movimento União e Consciência Negra em Londrina, fundado em 1985 por alunos da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o objetivo

de estabelecer discussões acerca dos problemas sociais enfrentados pelo negro, enfatizando a questão do preconceito.

Além deste, outros movimentos também surgiram: a Associação de Escolas de Samba de Londrina (Associsamba); União dos Negros Evangélicos de Londrina (UNEL), ligado à igreja Metodista Wesleyana; Movimento de Estudo de Cultura Afro - Brasileiro (MECAB); Movimento para o Progresso do Povo Negro; Associação Afro - Brasileira de Londrina (AABRA); Conselho Municipal da Comunidade Negra de Londrina, dentre outros (SILVA; SILVA, 2006).

Talvez um dos aspectos mais representativos da cultura negra no Brasil seja a religião. Conforme Nascimento (2010, p. 930), até o século XVIII, o calundu, culto de origem africana, era o mais comum no país e “[...] designava todo tipo de dança coletiva com cantos e músicas acompanhados de instrumentos de percussão, invocação de espíritos, sessão de possessão, adivinhação e cura mágica”. Este culto precedeu às casas de candomblé do século XIX e os atuais terreiros de candomblé. No início, os calundus eram realizados nas fazendas, especialmente, em Minas Gerais e Pernambuco, regiões que tinham um grande número de escravos.

A partir do crescimento das cidades e o com o aumento do número de escravos libertos, as manifestações religiosas de origem africana encontram melhores condições para se desenvolverem. Assim, os locais de moradia desses negros recém-libertos, fossem sobrados antigos ou casebres coletivos tornaram-se locais de encontro e de culto. Verifica-se, neste contexto, que a disseminação da cultura de origem africana no Brasil é originária de lutas de resistência, como uma forma de manter vivas as tradições, que nem o aprisionamento foi capaz de dissipar.

Em Londrina, assim como no restante do Brasil, também são percebidas a existência de religiões e outras manifestações originárias da presença africana em território brasileiro. Silva (2009) informa que existem muitos terreiros irregulares, que não fazem parte da Federação Umbandista de Londrina, ou seja, não existem números oficiais da quantidade exata dos terreiros no município. Dentre os mais importantes do ponto de vista histórico, pode-se citar: os de candomblé: Terreiro de Candomblé Recanto de Oxalufan; Ylé Axé Opo Omim e Ilé Asé Sàngo Oba Àiará Alaketu – Templo de culto aos Òrísá; os de umbanda: Cantinho do Pai João; Tenda de Umbanda do Pai Tomás e o Terreiro do Pai Tiãozinho; e um que se autodeclara de candomblé e umbanda: Centro de Umbanda e Candomblé Vovó.

Uma das precursoras dos movimentos culturais e sociais das causas dos negros na região foi Vilma Santos de Oliveira, conhecida como Yá Mukumby Alagangue, assassinada em 2013. Nascida em Jacarezinho (distante cerca de 160 quilômetros de Londrina), no ano de 1950, seus pais vieram do interior de São Paulo e Minas Gerais para trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar do município. Com a morte do pai, veio com a mãe e a avó para Londrina, em 1951, ajudadas por um tio, Leodoro Almeida de Oliveira que veio trabalhar na derrubada das matas. Nota-se, portanto, que a presença negra em Londrina já era um fator essencial no desenvolvimento do município, embora as histórias oficiais não valorizem esta contribuição (LANZA et. al., 2010).

Justamente por influência do tio, Dona Vilma que morou por muitos anos com a família ao lado da sede da AROL, começou a se envolver com a discussão sobre o movimento negro em Londrina. Em busca de uma cura para os frequentes ataques de epilepsia que a acometiam, acabou se envolvendo, posteriormente, com o candomblé. Apesar do interesse crescente da sociedade pela diversidade religiosa e pelas campanhas de conscientização, Dona Vilma dizia que ainda faltava muita coisa para se fazer no tocante à inclusão da cultura afro-brasileira tanto na educação, na política e também no cotidiano das pessoas, a fim de cerrar a discriminação em volta da fé candomblecista:

Ainda estamos longe de uma aceitação sem preconceitos. Não existe nenhuma casa de candomblé num lugar do centro da cidade, por exemplo. O terreiro ainda está no fundo dos quintais. O horário do nosso culto começa às 22 horas ou 23 horas, não porque seja obrigatório, mas porque isso vem dos tempos da repressão em que os cultos tinham de ser feitos na hora em que o branco dorme. (MENDONÇA, 2010, s.p.)

Com isso, observa-se que muito mais do que uma expressão cultural, as religiões afro-brasileiras ainda são caracterizadas como uma forma de resistência, pois, para a sua reprodução, seus seguidores têm que enfrentar o preconceito. Assim, ao mesmo tempo em que algumas culturas se tornam marginalizadas, invisíveis, a cultura dominante é que passa a ser aceita como expressão da cultura nacional. Outro elemento simbólico de forte representatividade nessa cultura marginalizada é a Venda do Alto, popularmente conhecida como Venda dos Preto, localizada no distrito de Espírito Santo, zona sul de Londrina.

Este remanescente do comércio pioneiro data da década de 1950 e permanece com suas características originais, ainda de madeira, feita de peroba. Ali são comercializadas bebidas, enlatados, doces, dentre outros alimentos. Além disso, possui uma mesa de sinuca e uma máquina que toca músicas para diversão dos frequentadores, muitos deles, agricultores da região (ORIKASA, 2012). A proprietária do local, Izolina Maria de Jesus Francisco conta que a família veio de Feira de Santana, na Bahia, em busca de melhores condições de vida.

O pai adquiriu a venda de um caboclo e que hoje é considerada um patrimônio de Londrina. Sobre a chegada da família no local, Dona Izolina relembra: “Quando cheguei aqui, só tinha a igrejinha e os ranchinhos de pau-a-pique, coberto de sapé no meio do mato. Tinha muito mato, cobra e onça. O Distrito já chamava Espírito Santo, por causa do padroeiro, que é o Divino Espírito Santo” (LONDRINA, 2011).

Observa-se, portanto, o pioneirismo da família na história de Londrina. Porém, diferente de tantas outras histórias dos negros em Londrina que acabam sendo esquecidas, em junho de 2012, a Câmara de Vereadores de Londrina promoveu a entrega do Diploma de Reconhecimento Público à dona do estabelecimento, Dona Izolina em razão dos relevantes serviços prestados à coletividade londrinense, ressaltando a importância do estabelecimento como herança pioneira de Londrina.

Os nordestinos

Muitos mineiros e paulistas já haviam se embrenhado pela região de Londrina, já na década de 1920, bem antes da chegada dos ingleses. Muitos deles eram trabalhadores braçais que vieram trabalhar como empregados ou por conta própria, em pequenos ofícios. A Associação Pró-Memória de Londrina e Região (2004, p. 82) reitera a importância destes verdadeiros pioneiros: “Este exército de pessoas sem as quais a cidade não teria sido construída, forma o universo dos esquecidos. Culpa não coube a ninguém por essa omissão [...]. Porque a história costuma registrar apenas as pessoas que se destacam por fatos que transcendem o normal”.

Com relação aos paulistas, vieram para o Norte do Paraná para trabalharem na cafeicultura após o declínio das lavouras paulistas. Um dos legados culturais deixados por esses migrantes se verifica pelo sotaque, bem diferenciado do norte-paranaense com relação às demais regiões do estado, aproximando-se mais de um sotaque do oeste paulista. Entretanto, outros elementos culturais não estão acentuados no território londrinense de maneira que se possam perceber facilmente.

De acordo com a Associação Pró-Memória de Londrina e Região (2004), um dos paulistas pioneiros foi Belmiro Corrêa de Oliveira, que veio para Londrina em 1934, onde instalou a primeira tipografia da região. A impressora, movida a pedal, foi a responsável pela impressão do primeiro jornal de Londrina, o Paraná Norte, que circulou até 1953 e é considerado um patrimônio documental do município.

Já, as raízes nordestinas conseguiram permanecer no município através de uma tradicional feira que ocorre há mais de 15 anos, geralmente, em setembro, sendo promovida pela prefeitura, no Museu de Arte de Londrina. Com barracas de comida típica, artesanato em xilogravura e literatura de cordel, além de músicas regionais do Nordeste, o evento tem duração de três dias e tem atraído um público em torno de 30 mil pessoas nas últimas edições. Raimundo Maia Campos Júnior, cearense de Quixadá, organizador do evento, veio para Londrina em 1982. Segundo ele, o objetivo da festa é mostrar a cultura do Nordeste para todos e também é uma forma de contribuir para que os nordestinos que moram na região possam matar a saudade da terra natal, já que muitos não podem voltar por falta de dinheiro.

A respeito da quantidade de nordestinos em Londrina, Campos Júnior afirma: “Assim que cheguei a Londrina, percebi que a cidade e a região têm muitos nordestinos. Pelos meus cálculos, há mais de 500 mil nordestinos e descendentes no Norte do Paraná. Muitos vieram pequenos, outros são filhos de nordestinos que não conhecem a terra dos pais” (BRIGUET, 2008, s.p.). Outro cearense de Quixadá que veio para a região foi Hugo Cabral, que se tornou prefeito de Londrina em 1947. Embora não conseguindo dados oficiais sobre o número desses migrantes, pode-se observar a existência de um número elevado, segundo as informações do organizador da festa.

Mesmo sendo a cultura nordestina reverenciada e aceita pela população londrinense pela intensa participação na Feira Nordestina, essa se mantém como uma forma isolada de propagação da cultura

destes pioneiros em Londrina, não sendo observada mais nenhuma manifestação relevante que faça menção aos nordestinos no município.

Como forma de homenagear os pioneiros, a prefeitura de Londrina inaugurou o Memorial do Pioneiro, em 2007, juntamente com a comemoração dos 50 anos de construção da Concha Acústica, importante elemento histórico da área central que serve, atualmente, para apresentações artísticas. O Monumento é composto de 17 totens que contém uma listagem de cerca de 3 mil nomes de pioneiros que vieram para Londrina, no período entre 21 de agosto de 1929 e 31 de dezembro de 1939.

Para Le Goff (1996, p. 535): “O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]”, mas também o passado evocado é seletivo, na medida em que são os critérios do poder público que vão selecionar os nomes dos chamados “pioneiros”. Assim, os monumentos fixos comunicam valores que se perpetuam por diversas gerações, reproduzindo ideologicamente os símbolos do poder e dominação.

Frente à polêmica em torno de sua construção, pelo fato de que muitos pioneiros foram “esquecidos”, já que o Memorial do Pioneiro, inicialmente, privilegiava somente os nomes que vieram a partir da primeira caravana oficial da CTNP, em 1929, quando se sabe que havia na região índios e caboclos bem antes dessa data, alguns totens foram construídos posteriormente à sua inauguração, tentado minimizar a discussão, como a homenagens aos índios e ao “pioneiro desconhecido”, uma forma polida de incluir todos os indivíduos que vieram para cá antes dos ingleses. Diante do exposto, verifica-se a omissão da influência cultural de determinados grupos sociais no município de Londrina, o que não difere de outras localidades brasileiras, onde os excluídos sociais constantemente têm que reivindicar seus direitos e seu lugar na história.

Assim, nota-se que apenas alguns grupos sociais são contemplados para que suas memórias fiquem documentadas na história oficial. A consolidação dessa afirmação se processa quando são verificados os elementos culturais que compõe a paisagem: geralmente, monumentos em homenagem aos grupos sociais dominantes, erguidos nas principais praças das cidades; nomes de ruas que homenageiam aqueles que contribuíram para a dizimação dos indígenas, como Rua Raposo Tavares, Rua Amador Bueno e outras tantas que fazem referência aos bandeirantes em Londrina, dentre outros aspectos que contribuem para que a consolidação da cultura na paisagem ainda seja caracterizada por aspectos ligados à exclusão social.

Ao atribuir uma hierarquização para os elementos que devem permanecer na paisagem, o poder público- e também a iniciativa privada, em alguns casos - acaba por minimizar a importância da cultura de outros grupos étnicos que vieram para Londrina. Por mais que a imagem de município moderno (que não conserva sua história, pois, está em constante transformação) ainda esteja presente na construção ideológica londrinense, não se pode pensar em uma identidade territorial única, mas principalmente, na construção social do sujeito, através de suas crenças, costumes, hábitos alimentares, enfim, a cultura delimita o modo de vida dos indivíduos. Por isso, a cultura destes verdadeiros “pioneiros” que

contribuíram para a construção do território londrinense torna-se invisível, no sentido de não ter visibilidade na história oficial.

Mesmo assim, ela se mantém viva quando se observam ainda hoje nas ruas de Londrina os índios se comunicando no seu dialeto, os negros praticando a religião dos seus ancestrais e os nordestinos divulgando sua culinária e danças típicas com seu sotaque acentuado, reflexos do hibridismo cultural existente no município, cujos simbolismos são mantidos e conservados nos dias atuais, mesmo que em forma de resistência. Destes símbolos, muitos ainda se fazem presente na paisagem e, por isso, contribuem para a manutenção dos valores identitários individuais e/ou coletivos por meio deste patrimônio cultural, pois, sem estes elementos, o indivíduo se torna “estrangeiro” na sua própria cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por diversas vezes, observou-se uma tentativa de promover uma identidade para Londrina, pois, as identidades são necessárias para os indivíduos em um processo de identificação com o grupo e, para o estado, pode ser uma forma de desenvolvimento econômico, como verificado na discussão a respeito do *marketing* que pode contribuir para o fomento da atividade turística, por exemplo. Assim, em um primeiro momento, era o café, o símbolo marcante do Norte do Paraná e de Londrina. Porém, com a decadência econômica dessa cultura, especialmente, a partir da década de 1970, este acabou perdendo o significado enquanto ícone de prosperidade e, conseqüentemente, de afirmação de identidade.

Somente agora, no século XXI é que se começou uma discussão a respeito de uma nova identidade para o município. A chamada identidade inglesa que vem sendo afirmada pelos gestores com diversas intervenções urbanas reflete uma identidade forjada pela Prefeitura como forma de homenagem aos colonizadores ingleses, os quais não possuem ligação cultural alguma com o município exceto o fato de o terem fundado.

Pelo fato de Londrina buscar uma imagem de moderna desde a sua fundação, certamente, muitas construções acabaram sendo demolidas, contribuindo para que o município acabe não possuindo uma identidade territorial única, na qual se possa atribuir uma característica cultural que o diferencie dos demais. Não se pode esquecer que além dos imigrantes, Londrina ainda possui no seu território, marcas de uma cultura invisível, manifestada pelos índios, caboclos, paulistas e nordestinos que acabam ficando relegados a uma cultura marginal, praticamente esquecidos na história oficial. Dentre estes grupos, pode-se dizer que o indígena é elemento que mais teve dificuldades no processo de adaptação ao surgimento de novas culturas. Isso porque muito antes da chegada da primeira caravana da CTNP, eles já estavam estabelecidos na região.

Considerados como atrasados culturalmente, os índios foram desterritorializados e tiveram que se adaptar às mudanças socioespaciais que foram impostas pelos colonizadores no início da década de 1930, quando Londrina começou a se estabelecer como município. Ainda hoje, não conseguiram fixar

seu lugar na sociedade, vivendo em condições de miséria, podendo ser facilmente encontrados na mendicância em vários bairros de Londrina. Por outro lado, mesmo tendo pouco destaque nos relatos oficiais encontrados abordando a evolução do município, os nordestinos conseguiram ter certo destaque cultural, através da Festa Nordestina que acontece anualmente e que se tornou tradição em Londrina.

Embora a presença de culinária e danças típicas evidencie os modismos do Nordeste, é no mínimo curioso ver a grande quantidade de pessoas que vão a esta festa que, aparentemente, não possuem vínculo com aquela região do país. Pode-se então, fazer uma relação com a própria formação do povo brasileiro, mestiço e fruto do multiculturalidade, que acaba incorporando diferentes culturas ao seu modo de vida (vide o caso de inúmeras Festas das Nações que ocorrem no país), mesmo que esta não seja a cultura dominante.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. As imagens da cidade e a produção do urbano. In: Cavalcanti, Lana de Souza (org.) **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Editora Alternativa, 2001.

ASARI, Alice Yatiyo; TUMA, Magda Madalena. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina**. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 1978.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. **Londrina Paraná-Brasil: raízes e dados históricos - 1930-2004**. Londrina: Associação Pró-memória de Londrina e Região, 2004.

BORGHI, Eduardo Baroni; DINIZ, Larissa Matos. A população negra em Londrina: uma luta por reconhecimento. In: Encontro Regional da Anpuh – Rio Memória e Patrimônio, 14, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: Unirio, 2010, s.p.

BRIGUET, Paulo. Falando em línguas. **Jornal de Londrina**, Londrina, 17 jun. 2011. Comunidade Nipo Brasileira, s.p.

_____. O Nordeste pede passagem na Terra Vermelha. **Jornal de Londrina**, Londrina, 03 de setembro de 2008. Cultura, s.p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – volume I: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Abordagem metodológica do trabalho de campo como prática pedagógica em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 15, n.2, maio./ago. 2011, p. 165-175.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

HAESBAERT, Rogério da Costa. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zenny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- IBGE. Cidades. **Contagem da população 2010**. Londrina-PR. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 05 ago. 2018.
- LANZA, Fabio; SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de; MERISSI, Lais Celis; DINIZ, Larissa Mattos. **Yá Mukumby: a vida de Vilma dos Santos de Oliveira**. Londrina: UEL, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.
- LONDRINA. Secretaria Municipal da Educação. **Tempo de lembrar, tempo de aprender: Memórias da cidade. Zona rural**. Londrina: Secretaria Municipal da Educação, 2011.
- MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. **Jornada histórica** (George Craig Smith, 1902-1992). Acervos. 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/museu/acervos.html>>. Acesso em: 29 jun. 2018.
- _____. **Exposição comemorativa 70 anos de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2004.
- MENDONÇA, Maurício Arruda. **Dona Vilma, Mãe Makumby**. 2018. Disponível em: <<http://epigrafias.blogspot.com.br/2010/12/dona-vilma-mae-mukumby.html>>. Acesso em 27 ago. 2018.
- MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007, p. 1-19.
- NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 9, n. 27, p. 923-944, dez. 2010.
- ORIKASA, Micaela. Balcão, poeira e uma vida inteira. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 jan. 2012. Cidades, s. p.
- SILVA, Bruno Sanches Mariante da. Os Imigrantes de Londrina: uma Análise Hodonímica. In: Congresso Internacional de História, 5, 2011, Maringá. **Anais...Maringá**: UEM, 2011, p. 396 – 405. Disponível em: < <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/342.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.
- SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana. **O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina**. Londrina: UEL, 2010.
- SILVA, Mariana Albuquerque Laiola da; SILVA, Maria Nilza da. Um retrato em preto e branco: uma visão diferenciada do negro em Londrina. **Revista Afroatitudianas**, Londrina, v. 1, p, 1-13, 2006.
- SILVA, Patrícia Paula da. **A espacialização das festas afro-brasileiras em Londrina**. 2009. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, Eliseu, SAQUET, Marcos Aurélio, RIBAS, Alexandre Domingues. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.
- YAMAKI, Humberto Tetsuya. **Labirinto da Memória: Paisagens de Londrina**. Londrina: Humanidades, 2006.
- TOMMASINO, Kimiye. Os novos acampamentos (wãre) kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade Jê. **Revista Mediações**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 66-71, jul./dez. 2008.